

Entre os embargos e a Inquisição: cristãos-novos e "framenguos" na rota do açúcar

DANIEL STRUM*

Geralmente se considera que as condições de comércio existentes na Idade Moderna exigiam que os mercadores escolhessem seus agentes no ultramar dentre seus familiares ou então entre membros de grupos baseados em ligações de etnicidade, religião ou origem comum para garantir que as ações de seus agentes fossem confiáveis. O comércio de açúcar levado a cabo pelos cristãos-novos em Portugal e no Brasil e por aqueles que abraçaram o judaísmo em Amsterdã no final do século XVII é freqüentemente apresentado como exemplar dessa prática organizacional.

O açúcar foi uma das principais mercadorias transacionadas nos séculos XVI e XVII. Seu comércio impulsionava um eixo próspero da economia atlântica que emergia¹. Fontes históricas de natureza e origens diversas informam que mercadores de origem judaica tinham um papel de destaque nesse comércio e rota². Sua proeminência contrastava com sua situação precária, haja vista a considerável ameaça que pairava sobre eles de prisão pela Inquisição em Portugal e no Brasil. A prisão implicava o arresto de todos os seus bens, incluindo os bens de terceiros em sua posse³. O sucesso dos mercadores de origem judaica é comumente atribuído a suas redes mercantis de ordem familiar⁴.

* Universidade Hebraica de Jerusalém, doutor.

¹ Azevedo, *Épocas*, pp. 233-269; Mauro, *Brasil*, vol. 1, p. 243; Magalhães, "Estrutura," pp. 314-16; Johnson, "Desenvolvimento," pp. 240-251, 282-296; Mello, "Livros," pp. 24-25; Schwartz, *Sugar Plantations*, pp. 163-177; Ferlini, *Terra*, pp. 83-88; Moreira, *Mercadores*, pp. 24-29, 135-140; Costa, *Transporte*, vol. 1, pp. 57-80, 88-9; Gonçalves, *Guerras*, pp. 181-225; Ebert, "Trade," pp. 183-199; Israel, *Dutch Primacy*, pp. 30-42; De Vries and Van der Woude, *First Modern Economy*, p. 368; Lesger, *Rise*, pp. 85-92, 133-38, 258; Poelwijk, *In dienste*, pp. 55-56; Swetschinski, "Portuguese Jewish Merchants," pp. 142-44; IJzerman, *Journael*, pp. 99-100, 103; Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP], Organização Antiga, A-PUB-350, fls. 23v.-25v.; Arquivo Distrital do Porto [ADP], Cabido, ls. 110, 113, 134; Mauro, *Brasil*, vol. 1, pp. 137-141, 254-265, 320-42, 378-380; v. 2, pp. 13-17; Silva, *O Porto e o seu Termo*, vol. I, pp. 112, 117-130, 163, 187-88, 226, 231-32, 335, 539-43, vol. II, pp. 627, 639, 673-74, 696-98, 708, 746-57, 801-04, 839, 879-81, 1078-79; Barros, *Vinhos*.

² AHMP, A-PUB-45, fls. 323v.-24v; Mello, *Gente*, p. 26; Novinsky, *Cristãos Novos*, pp. 67-69; Israel, "Spain," pp. 355-383; Vlessing, "New Light," pp. 53-60; Vlessing, "Portuguese-Jewish Merchant," pp. 223-25, 231-32.

³ Olival, "Juristas;" Olival, "Structural Changes;" Tucci, *Preconceito*, pp. 43-173; Herculano, *História*; Azevedo, *História*, pp. 57-111; Franco e Assunção, *Metamorfozes*, passim.

⁴ Quase todos os historiadores que se debruçaram sobre a organização do comércio desses mercadores de

No entanto, um olhar examinador revela que a maior parte das associações comerciais de longa distância desses mercadores vinham de fora de suas famílias (*stricto sensu*) e muitas vinham fora do grupo⁵.

Esse estudo de caso analisa o *portfolio* de agentes mantido por mercadores de origem judaica no Brasil (Bahia e Pernambuco) e nas cidades de Amsterdã e Porto entre

origem judaica dentro desse recorte cronológico e geográfico enfatizaram o papel vital do parentesco nas relações de agência: Swetschinski, “Portuguese Jewish Merchants,” pp. 134-291; idem, “Kinship”; Mello, “Livros,” pp. 33-34; idem, *Gente*, pp. 5-79; Costa, *Transporte*, vol. 1, pp. 130-140, 160-61; Israel, “Economic Contribution,” pp. 418, 420, 429; idem, “Manuel,” pp. 251-53; Smith, “Mercantile Class,” pp. 103-04, 153-54; Mauro, *Brasil*, vol. 1, pp. 279-298; Ebert, “Trade,” pp. 82-83, 88, 90, 97-98, 217; Stols, “Mercadores,” pp. 30, 42. David Smith e Daniel Swetschinski admitem que a extensão de uma família às vezes era restrita, mas que esse problema podia ser minorado com a criação de alguns clãs unidos laços de casamento entre algumas poucas famílias: Smith, “Mercantile Class,” pp. 137-38, 145, 154-55; Swetschinski, “Middle Ages,” p. 81. Jonathan Israel, Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira, por outro lado, estendem o escopo dessa rede familiar ainda mais além e a fazem compreender todos os membros da “nação” judaica/cristã-nova, contanto que fossem comprometidos com o judaísmo, aberta ou secretamente: Israel, “Diasporas,” pp. 3-26; França and Siqueira, “Introdução,” pp. 151, 153-58, 160, 169-173. Outros autores, ainda que considerem que a pertinência a um grupo étnico ou religioso não era um fator importante, sustentam, mesmo assim, a importância do parentesco: Smith, “Mercantile Class,” pp. 103, 119, 125-27, 168-69; idem, “Old Christian Merchants;” Costa, *Transporte*, vol. 1, pp. 160-61, 291-93, 413-437, 515-587; idem, “Merchants Groups;” Stols, “Mercadores,” pp. 30, 42; Moreira, *Mercadores*, pp. 35, 144-5, 206-07; Ebert, “Trade,” pp. 14, 80, 82-83, 90, 97. Swetschinski admite que a partir da metade do século XVII, mercadores que cresceram em Amsterdã e em outras comunidades judaicas não tinham outra opção que depender de contatos de segunda ou terceira mão – a maior parte dos quais eram herdados de suas famílias – como agentes em Portugal. Isso porque judeus não podiam nem imigrar nem viajar ao mundo ibérico livremente. Os cristãos-novos, por outro lado, emigravam constantemente para essas comunidades judaicas, diminuindo ainda mais a gama de parentes e membros do grupo no mundo ibérico a quem os judeus podiam recorrer. Swetschinski acrescenta que dado os grandes riscos em entrar em associações com contatos distantes, muitos dos quais transcendiam as fronteiras do grupo, tais associações eram um privilégio de alguns poucos mercadores, cujo crédito e reputação garantiam sua confiabilidade e que custos de agência proporcionais a sua reputação. Leonor Costa concorda com Swetschinski, acrescentando que os “contatos” de segunda e terceira mão da segunda metade do século XVII em Portugal mencionados por Swetschinski eram freqüentemente cristãos-velhos: Swetschinski, “Portuguese Jewish Merchants,” pp. 215-221, 273-74; Costa, *Transporte*, vol. 1, pp. 160-61. Também tratando da segunda metade do XVII, Antunes minimiza o papel da pertinência ao grupo, particularmente entre os mercadores de maior estatura: Antunes, *Globalization*, p. 137.

⁵ As relações de agência nessa rota não foram ainda sistematicamente estudadas. A maior parte dos estudos exploraram somente algumas poucas relações de alguns poucos mercadores. É verdade que Costa examinou as relações entre carregadores e consignatários nos contratos de fretes para viagens entre os portos portugueses e brasileiros, mas carregadores e consignatários eram apenas uma das várias funções desempenhadas por agentes. Ademais, Costa não considerou a origem étnica deles. Mais recentemente, Christopher Ebert se aproximou de um estudo mais metódico mapeando as “conexões internacionais” de alguns dos mercadores portuenses envolvidos nos processos inquisitoriais em torno de 1618. Cátia Antunes examinou as associações mercantis de alguns mercadores judeus e não judeus baseados em Amsterdã que comerciavam com Lisboa entre 1640 e 1705. Ela mostra alguns casos de associação tanto dentro como fora do grupo. Para esse período posterior, Smith escrutinou a constituição dos consórcios que arrendavam os privilégios da coroa portuguesa, mas ser parte de um desses consórcios não era o mesmo que ser um agente ultramarino: Costa, *Transporte*, vol. 1, pp. 296-305; Smith, “Mercantile Class,” pp. 117-160; Ebert, “Trade,” pp. 245-46; Antunes, *Globalization*, pp. 123-140.

os anos de 1595 e 1618. Ele foi construído a partir do cruzamento de dados colhidos de registros notariais e processos inquisitoriais. Pesquisa realizada em mais de dois anos nos arquivos portugueses, e também nos holandeses⁶.

Os agentes comerciais desses mercadores podem ser classificados em diferentes tipos. Cada tipo apresentava uma correspondência diferente com respeito às relações de parentesco e etnicidade ligando o mercador a seu agente. Aqui eu focarei somente nos dois tipos de agentes mais comuns, os quais eu denominei agentes fixos "maiores" e agentes viajantes "menores".

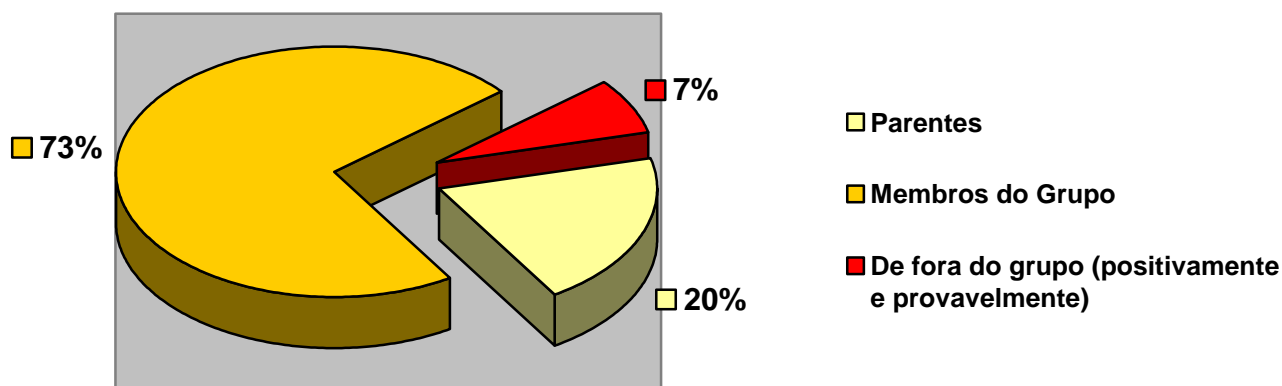
Os agentes fixos "maiores" eram mercadores residentes. Eram relativamente abastados e dotados de infraestrutura e muitos contatos no mercado local. As associações com esses agentes envolviam somas mais vultosas, maior autonomia e responsabilidade. Eram geralmente longas e estáveis. Em contrapartida, os agentes viajantes "menores" eram negociantes modestos. Viajavam aos centros de destino levando consigo os bens, créditos e moedas confiados por seus mandantes. Era-lhes confiado pouco capital e autoridade em breves empreendimentos⁷.

Os dados extraídos dos registros notarias, resumidos no Gráfico 1, indicam claramente que a gama dos agentes fixos "maiores" extrapolava as fronteiras da família e por vezes não incluía nenhum parente. Ao mesmo tempo, ele mostra que a grande maioria dos agentes fixos "maiores" pertencia ao grupo judaico-cristão-novo. Não deve se considerar surpreendente o pequeno número de parentes encontrado entre os agentes fixos "maiores". Os mercadores nem sempre tinham parentes no lugar certo e na hora certa.

⁶ Para a metodologia, vide: Strum, "Portuguese Jews," capítulos 2 e 3. As fontes utilizadas estão mencionadas junto com a bibliografia.

⁷ Para mais sobre os tipos de agência nessa rota, ver: Costa, *Transporte*, v. 1, pp. 91-100, 123, 129-130, 156-8, 184, 189, 203, 232-5; 338-9, 442-8; Ebert, "Trade," pp. 153-5; Israel, *Dutch Primacy*, pp. 76-7; Moreira, *Mercadores*, pp. 17, 121-2, 132-3, 143 n. 6., 206; Polónia, "Náuticos," pp. 125-6; Smith, "Mercantile Class," pp. 135, 347-351, 360, 373-4, 376 n. 1; Stols, "Mercadores," pp. 29-30.

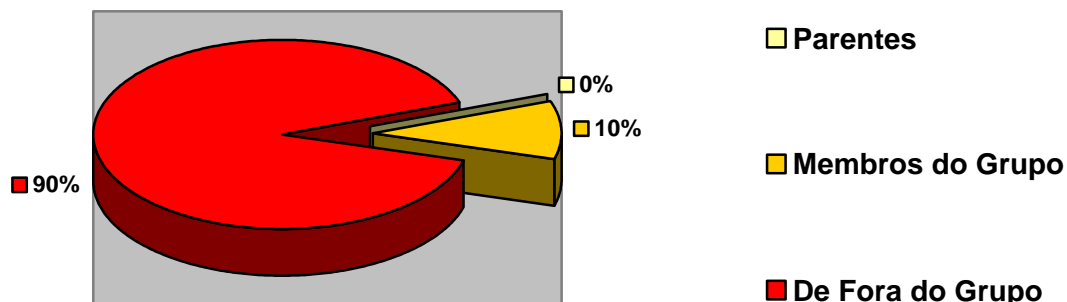
Gráfico 1: Pertinência à família e ao grupo dos agentes fixos maiores (registros notariais)



Por outro lado, a predominância de membros do grupo era compreensível. As características da rede social do grupo judaico-cristão-novo apresentavam muitas das feições de um clã estendido. Prestavam-se, portanto, para aqueles encargos onde se requeria uma maior confiança. Ao mesmo tempo, o grupo oferecia uma gama mais ampla de agentes potenciais nos centros e período em questão. Assim, os mercadores expandiam seu leque de empreendimentos possíveis.

Na outra extremidade do espectro, isto é, entre os agentes viajantes "menores", os indivíduos de fora do grupo preponderavam, como indica o Gráfico 2. O pequeno capital e autonomia restrita que lhes era confiado não deve ser interpretado somente como uma medida de proteção contra aqueles que não pertencer à família ou ao grupo do mercador ofereciam uma menor confiabilidade ex ante. Antes, devem ser atribuídos aos poucos recursos e à posição modesta desses mesmos agentes que os tornavam menos dignos de crédito, independentemente de suas origens.

Gráfico 2: Pertinência à família e ao grupo dos agentes viajantes “menores” (registros notariais)



No entanto, o emprego desses agentes oferecia vantagens relativas. Provavelmente, esses cobravam uma remuneração mais baixa pela quantia de capital que lhes era confiado, a qual seria proporcional à sua relativa falta de reputação, fundos, perícia (*expertise*), infra-estrutura disponível etc. Eles também teriam uma motivação maior para realizar transações lucrativas, pois o seu ganho por empreendimento tinha um impacto muito maior sobre sua renda modesta. Mais: ao trazer lucros a seus mandantes, eles aumentavam as chances de receber novos encargos desse e de outros mercadores, pois sua reputação promover-se-ia no meio mercantil.

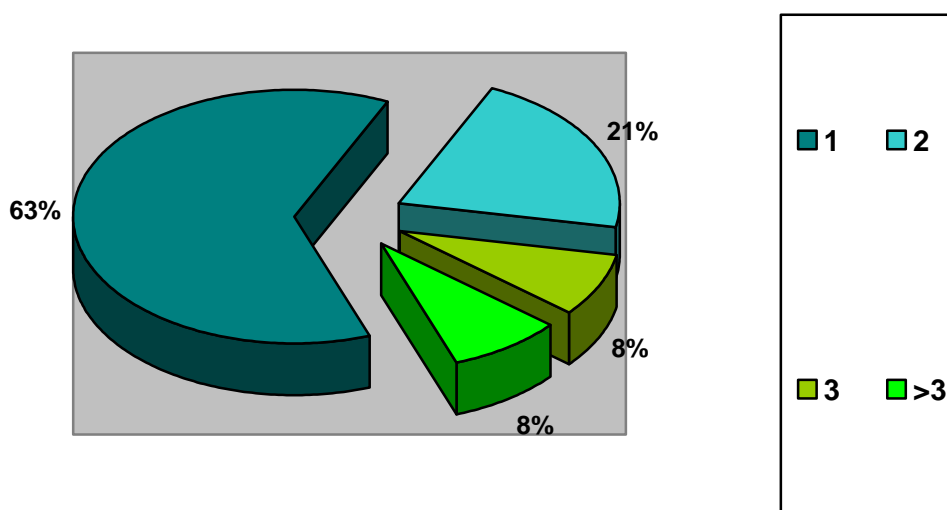
Ainda assim, havia mercadores de fora do grupo entre os agentes fixos "maiores". O fato merece atenção já que se trata de um período em quem havia um grande número de mercadores cristãos-novos e judeus bem posicionados – e aparentemente hábeis – em todos os centros estudados, muitos deles eram conhecidos pessoalmente pelos mercadores do grupo alhures. Mais: os casos de os agentes fixos "maiores" positivamente identificados como pessoas de fora do grupo não foram incumbidos com empreendimentos marginais. Empreendimentos em que se condescendia em um risco extra. Pelo contrário, eles estiveram envolvidos em empresas bastante significativas⁸. Portanto, no ambiente de negócios existente, relações com

⁸ Os que foram identificados positivamente como fora do grupo compreendem: dois pares de correspondentes bastante estáveis, o carregador de uma grande quantidade de açúcar, dois liquidadores de contas com o irmão e ex-correspondente de seu mandante, e um sexto que foi tanto carregador de açúcar como consignatário substituto de um carregamento vultoso de escravos: Pieterse e Koen (eds.), 'Notarial records' [de aqui em diante: SR] Nrs. 95, 98, 109, 125, 135, 138, 496, 1261, 1751; ADP, Notariais (NOT), Porto, segundo tabelião (PO2), l. 34, 120v.-122v.; l. 34, fls. 122v.-124v.; l. 40, fls. 63-64.

"outsiders" como agentes fixos "maiores" não eram apenas viáveis, mas às vezes até preferíveis.

Empregar "outsiders" era, aparentemente, parte de uma estratégia de diversificação. Era prática comum manter vários agentes no mesmo lugar, se não simultaneamente ao menos dentro de curtos períodos de tempo, como o gráfico 3 sugere. Mesmo mercadores que tinham parentes como agentes fixos "maiores" muitas vezes tinham um ou mais agentes que não eram membros de suas famílias ou do grupo em encargos semelhantes no mesmo lugar e tempo. Essa multiplicidade era acompanhada pela variedade, ou seja, o emprego de agentes simultâneos, mas dotados de características pessoais diferentes através de diversas associações de agência⁹.

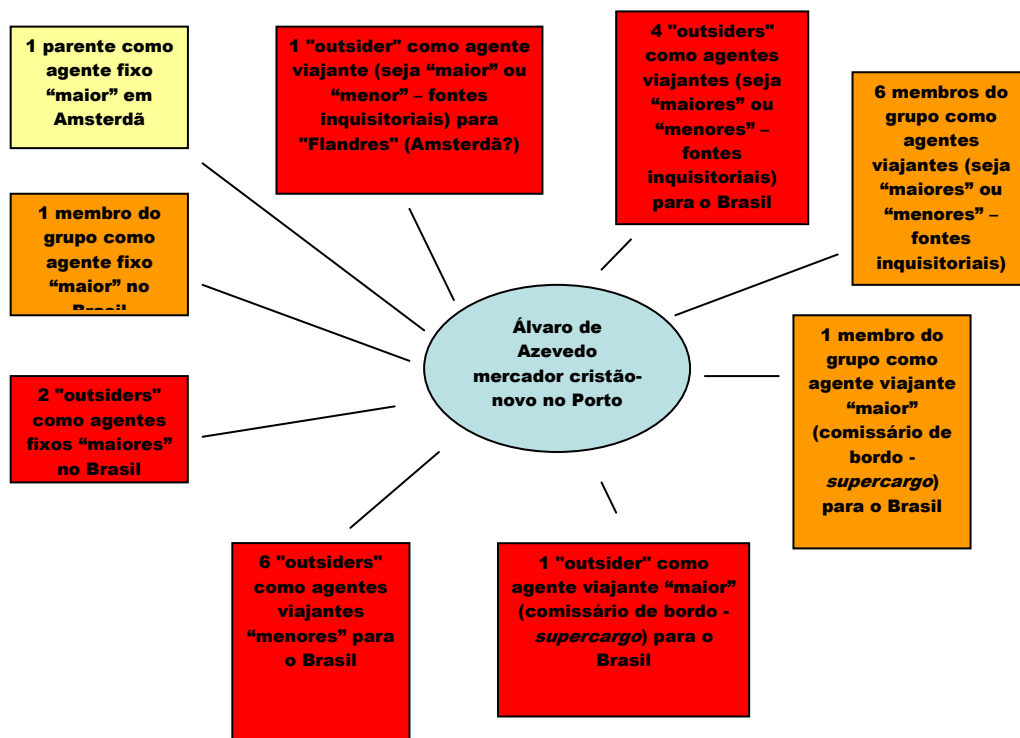
Gráfico 3: Número de mercadores com 1, 2, 3 ou mais de 3 agentes fixos "maiores" no mesmo centro além-mar aproximadamente ao mesmo tempo (registros notariais)



⁹ Costa construiu tabelas para carregadores e consignatários registrados em contratos de fretes portugueses para o Brasil, a partir dos quais ela concluiu que de 1614 em diante os mercadores tenderam a manter apenas um correspondente em cada centro devido ao acirramento da pirataria norte-africana, a qual teria desencorajado os agentes viajantes: Costa, *Transporte*, vol. 1, pp. 300-06. Meus resultados, ainda que só se refiram a agentes de mercadores de origem judaica, porém extraídos de um universo de fontes mais variado, não nos permitem deduzir que tal diversificação tenha diminuído durante o período pesquisado. Na realidade, os dados sugerem que o recurso a agentes viajantes, particularmente os que levavam grandes carregamentos, aumentaram durante o período. Creio que a pirataria turca e berbere, ao incidir sobre transporte e o fluxo de informação, exigia um controle direto maior sobre os mestres de navios e os carregamentos a bordo, bem como aumentar o número de portadores de informação em cada embarcação proativamente. Smith também relata casos de multiplicidade no portfólio de agentes e Ebert o enfatiza também: Smith, "Mercantile Class," pp. 346-47, 357; Ebert, "Trade," pp. 84-86, 95.

O caso mais documentado de multiplicidade e variedade é o do mercador cristão-novo portuense Álvaro de Azevedo, sumarizado no gráfico 4¹⁰. Muitos outros casos podem ser mencionados. E, se nem todos portfolios podem ser tão ricamente descritos, deve-se, em grande medida, à pouca documentação das atividades dos agentes, em geral, nas fontes, e das atividades dos agentes viajantes "menores" em particular. De fato, quando se contrasta informações oriundas de fontes de natureza e origem distintas, torna-se evidente que somente apreendemos a ponta de um iceberg¹¹.

Gráfico 4: O Portfolio de Álvaro de Azevedo:



¹⁰ SR Nr. 950; ADP, NOT, PO2, l. 29, fls. 122v.-125v.; l. 30, fls. 117-118; l. 35, fls. 100-102; l. 36, fls. 304v.-306; l. 37, fls. 48-50; l. 39, fls. 157-158v.; l. 40, fls. 45-46; l. 41, fls. 57v.-58v.; Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), Santo Ofício (STO), Inquisição de Coimbra (IC), processo 3217, fls. 45v.-46; Inquisição de Lisboa (IL), processo 728, fls. 5v.-6, 7, 58v., 123v., 129-131, 154-154v., 230.

¹¹ Muitos dos agentes mencionados em fontes inquisitoriais não foram registrados em fontes notariais e quando as fontes notariais mencionam os mesmos indivíduos, esses muitas vezes aparecem como servindo a mercadores diferentes e/ou ao mesmo mercador mas em empreendimentos diferentes.

Uma vantagem dessa estratégia de diversificação era que ela mitigava os riscos sobre todo o capital do mercador. Esses riscos não incluíam somente a má conduta por parte do agente. Se algum infortúnio sobreviesse a ele, ou se o agente entrasse em dificuldades em seus outros negócios, o impacto que sua falência teria sobre o mercador seria minorado.

Tal diversificação também reduzia o risco de empregar agentes que não fossem parentes ou membros do grupo em empreendimentos de maior vulto, pois assim um empreendimento jamais era vultoso demais sobre o capital agregado do mercador. A diversificação também melhorava a capacidade dos mercadores de monitorar seus agentes. Poderia até gerar um certo grau de competição entre eles, o que poderia inclusive reduzir os custos de agência.

Em conseqüência, os mercadores podiam combinar e explorar melhor as vantagens relativas das várias oportunidades de negócio que se apresentavam em cada ocasião com os atributos individuais de cada agente e as diferentes formas associações de agência. Por vezes, os mercadores optavam mesmo em empregar quem não era do grupo em lugar de um parente. Portanto, quando os mercadores vislumbravam o incremento de sua lucratividade, enquanto mantinham seus riscos em níveis administráveis, os limites da família e do grupo não chegavam a ser barreiras intransponíveis.

É preciso ressaltar que o emprego de indivíduos que não eram da família ou do grupo foi possível não apenas devido às diferentes associações que compensavam a falta de confiança *ex ante*, ou a dispersão do risco entre vários agentes, mas sobretudo graças ao sistema de informações vigente e aos mecanismos existentes para a conformidade com as normas. Esses fatores não podem ser plenamente explorados aqui, mas resumidamente pode-se dizer que os mercadores geralmente tinham acesso a informações detalhadas, freqüentes e relevantes sobre as atividades de seus agentes no ultramar. Isso lhes permitia monitorá-los de forma mais rígida e eficiente¹².

As práticas de navegação vigentes permitiam uma atividade de correspondência intensa com o além-mar. Também permitia a que particulares percorressem essa rota repetidamente. Cartas e viajantes reportavam as informações detalhadas que fluíam com

¹² Para uma discussão detalhada sobre essas questões, veja: Strum, "Portuguese Jews," capítulos 4 e 5. As limitações de espaço não permitem que se faça referências às fontes e à literatura sobre esses temas, as quais também podem ser encontradas nesses dois capítulos.

vigor nos meios mercantis íntimos, como o eram na maior parte dos centros comerciais. Neles, o comércio e as atividades interrelacionadas à mercancia se davam dentro de áreas circunscritas e envolviam um número restrito de atores. Os padrões de sociabilização correntes reforçavam os mecanismos de retro-alimentação (*feedback*) da informação. Amsterdã, no entanto, tornava-se paulatinamente um centro menos íntimo, onde as relações inter-pessoais próximas tendiam a ser menos eficientes. Porém ali, a bolsa, os corretores e os serviços de notícias concentravam o fluxo das informações e compensavam a crescente impessoalidade.

Os mercadores, ao contar com agentes de diferentes origens em cada centro comercial, apuravam tanto a riqueza como a pluralidade de suas fontes de informação. Concomitantemente, reduziam a perspectiva de caírem em "armadilhas de confiança", ao que se exporiam, caso se fiassem tão somente em seus familiares ou mesmo em poucos membros do grupo.

Os agentes de fora da família de do grupo eram inibidos de abusar de seus mandantes dada a considerável capacidade que os tribunais oficiais, de diversas jurisdições, e a arbitragem voluntária tinham de fazer cumprir as leis, costumes e contratos, mesmo no estrangeiro. Ademais, mecanismos de reputação funcionavam em meio à trama de laços que atava os meios mercantis dos diferentes centros. O reconhecimento de um código de conduta mercantil pelos atuantes na mercancia nesses centros servia tanto para avaliar como para sancionar a conduta tanto dos agentes como de seus mandantes. Mesmo assim, os tribunais, a arbitragem e os mecanismos de reputação não eram eficientes por si só para garantir a conformidade com as normas, Porém, a combinação deles foi efetiva o suficiente para permitir que o comércio prosperasse, como de fato prosperava.

O período estudado foi marcado por uma perseguição inquisitorial relativamente moderada, mas foi seguido por uma onda avassaladora de prisões direcionada nos mercadores do Porto¹³. Então, precisamente quando mais precisavam de associados confiáveis, os mercadores judeus e cristãos-novos no Brasil e na Holanda tiveram de depender dos comerciantes portuenses de origem "flamenga" e cristã-velha seja para salvar seus bens das garras da Inquisição, seja para manejar o curso normal de seus negócios na cidade. Tais ações exigiam sigilo e implicavam a punição dos envolvidos.

¹³ Mea, "Rotura;" Mea, "Portuenses."

Ora, os mercadores judeus e cristãos-novos poderiam ter recorrido a outros portos portugueses onde tinham associados cristãos-novos que permaneceram intocados pela Inquisição. Porém, o seu contínuo atrelamento àqueles mercadores "outsiders" no Porto refletia o fato de que as relações de parentesco ou de etnicidade não eram indispensáveis¹⁴.

Graças ao sistema de informações e aos mecanismos para a conformidade com as normas os mercadores podiam intensificar sua estratégia de diversificação de seu portfolio de agentes. Assim, ampliavam seus negócios, reduziam seus riscos e incrementavam seus lucros. Portanto, podemos dizer que os laços de confiança que extrapolavam as esferas da família e da etnicidade foram um fator decisivo na expansão desse comércio atlântico moderno. Se as relações de confiança se restringissem à família ou ao grupo étnico, esse comércio jamais teria experimentado o grau de expansão que se verificou no período.

Fontes:

Impressas:

Pieterse, Wilhelmina Christina and E.M. Koen, eds., "Notarial records [deeds] in Amsterdam relating to the Portuguese Jews in that town up to 1639." In: *Studia Rosenthaliana* (SR), vol. 1, no. 1-vol. a vol. 35, no. 1 (1967-2001).

Primeira visitação do Santo Offício às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591–1592, com prefácio de J. Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1935.

Primeira visitação do Santo Offício às partes do Brasil: denúncias da Bahia, 1591–1593, São Paulo, 1925.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, Denúncias e Confissões de Pernambuco: 1593–1595, introdução de José Antônio Gonsalves de Mello, Recife, 1984.

Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira, Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618–1620, introdução e notas de Eduardo d'Oliveira França e Sônia A. Siqueira, São Paulo, 1966.

Manuscritas:

Stadsarchief Amsterdam (SAA), Notarieel Archief, livros: 53, 55, 61, 62, 88, 93, 105, 112, 129, 200, 375, 381, 386, 388, 384B, 484, 621, 625, 628, 342, 374, 384, 611B, 613B;

Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP], Organização Antiga, A-PUB-350, fls. 23v.-25v.; A-PUB-45, fls. 323v.-24v.

¹⁴ Temática de pesquisa atualmente realizada pelo autor.

Arquivo Distrital do Porto (ADP), Notariais, 1º cartório, 3ª série (ADP, NOT, PO1, 3ª série), livros: 131 a 153, referente aos anos 1610-1629, e 2º cartório, série única, livros: 3 a 67, referente aos anos 1595-1625 (por limites de tempo não analisei os dados em 492 registros dessa série mencionando cristãos-novos contidos nos livros 44-67); Cabido, ls. 110, 113, 134.

Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo (IANTT), Santo Ofício (STO), Inquisição de Coimbra, livro 57, *Repertorio Geral dos Homens* – Tomo 2; processos: 454, 535, 677, 800, 854, 875, 968, 1031, 1322, 1328, 1329, 1791, 1820, 1826, 1850, 1912, 1937, 1986, 1988, 2200, 2285, 2415, 2418, 2258, 2553, 2563, 2580, 2583, 2736, 2845, 2893, 2894, 3804, 3019, 3023, 3024, 3051, 3092, 3217, 3736, 3837, 3862, 3901, 3925, 4523, 4829, 4618, 4940, 5051, 5228, 5304, 5362, 5385, 5408, 5592, 5593, 5667, 5675, 5690, 6070, 5702, 5817, 5846, 6354, 6537, 6667, 6897, 6900, 6987, 7084, 7437, 7648, 8153, 8249, 8461, 8658, 8970, 9068, 9217, 9377, 9474, 9725, 9824, 10185, 10365; Inquisição de Lisboa (IL), processos: 601, 725, 728, 1154, 1159, 1323, 1352, 1730, 1732, 1844, 1883, 2179, 2499, 2732, 2736, 2926, 3068, 3080, 3147, 3148, 3156, 3148, 3292, 3418, 4481, 5206, 5390, 5395, 7881, 8003, 8948, 9719, 9723, 9725, 9873, 10205, 10209, 10099, 11099, 11247, 11260, 11440, 11158, 11867, 11985, 12499, 12621, 12999, 1772.

Bibliografia:

Antunes, Cátia, *Globalization in the Early Modern Period: The economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*, Amsterdam, 2004.

Azevedo, João Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1988.

_____, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, 1989.

Barros, Amândio Jorge Morais, *Vinhos de Escala e Negócios das Ilhas: para uma longa história das relações do Porto com os arquipélagos atlânticos no século XVI*, Porto, 2004.

Costa, Leonor Freire, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580–1663)*, 2 vols., Lisboa, 2002.

_____, “Merchants Groups in the Seventeenth-Century Brazilian Sugar Trade. Reappraising Old Topics with New Research Insights.” In: *e-Journal of Portuguese History*, vol. 2, no. 1 (Summer 2004), pp. 1-11.

Ebert, Christopher, “The Trade in Brazilian Sugar: Brazil, Portugal and Northwestern Europe, 1550–1630.” Ph.D. diss. Columbia University, 2004.

Ferlini, Vera, *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*, Bauru, 2003.

França and Siqueira, “Introdução,” In: *Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira, Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618–1620*, São Paulo, 1966.

Franco, José Eduardo and Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de Um Polvo, Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI-XIX)*, Lisboa, 2004.

Gonçalves, Regina Célia, *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585–1630*, Bauru, 2007.

Herculano, Alexandre, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 2. vols., Lisboa, 1975.

IJzerman, J.W., ed., *Journael van de reis naar Zuid-Amerika (1598–1601) door Hendik Ottsen*, The Hague, 1918.

Israel, Jonathan Irvine, *Dutch Primacy in World Trade, 1585–1740*, Oxford, 1989.

_____, “The Economic Contribution of the Dutch Sephardic Jewry to Holland’s Golden Age, 1595–1713.” In: J.I. Israel, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585–1713* (Londres, 1990), pp. 417-445.

_____, “Manuel Lopez Pereira of Amsterdam, Antwerp and Madrid: Jew, New Christian, and adviser of the Conde-Duque de Olivares.” In: J.I. Israel, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585–1713* (Londres, 1990), pp. 247-264.

_____, “Spain and the Dutch Sephardim, 1609–1660.” In: J.I. Israel, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585–1713* (Londres, 1990), pp. 355-415.

_____, “Diasporas Jewish and non-Jewish and World Maritime Empires.” In: Ina Baghdiantz McCabe, Gelina Harlaftis, Iōanna Pepelasē Minoglou (eds.), *Diaspora Entrepreneurial Networks: Four Centuries of History* (Oxford, 2005), pp. 3-26.

Johnson, Harold, “Desenvolvimento e Expansão da Economia Brasileira.” In: H. Johnson and M.B. Nizza da Silva (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa, vol. VI, O Império Luso-Brasileiro 1500–1620* (Lisboa, 1992), pp. 203-302.

Lesger, Clé, *The Rise of the Amsterdam Market and Information Exchange: Merchants, Commercial Expansion and Change in the Spatial Economy of the Low Countries c. 1550–1630*, trad. por J.C. Grayson, Aldershot, 2006.

Magalhães, Joaquim Romero, “A Estrutura das Trocas.” In: José Mattoso and Joaquim Romero Magalhães, ed., *História de Portugal, vol. 3: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, (Lisboa, 1999), pp. 283-316.

Mauro, Frédéric, *O Brasil, Portugal e o Atlântico 1570–1670*, 2 vols., Lisboa, 1988.

Mea, Elvira Cunha de Azevedo, “A Rotura das Comunidades Cristãs Novas do Litoral” – século XVII.” In: *O Litoral em Perspectiva Histórica – séculos XVI a XVIII* (Porto, 2002), pp. 263-273.

_____, “Os Portuenses Perante o Santo Ofício – século XVI.” In: *I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória, Actas*, vol. II, (Porto, 2002), pp. 415-430.

Mello, José Antônio Gonsalves de, ed., “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595–1606.” In *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco* (Recife, 1985), pp. 21-143.

_____, *Gente da Nação*, Recife, 1996.

Moreira, Manuel António Fernandes, *Os Mercadores de Viana e o Comércio do Açúcar Brasileiro no século XVII*, Viana do Castelo, 1990.

- Novinsky, Anita, *Cristãos Novos na Bahia*, São Paulo, 1972.
- Olival, Fernanda, “Juristas e Mercadores à Conquista das Honras: Quatro Processo de Nobilitação Quinhentistas.” In: *Revista de História Económica e Social*, vol. 4, no. 2 (Lisboa, 2002), pp. 7-53.
- Olival, Fernanda, “Structural Changes within the 16th-century Portuguese Military Orders.” In: *e-Journal of Portuguese History*, vol. 2, no. 2 (Winter 2004), pp. 1-20.
- Pieterse, Wilhelmina Christina and E.M. Koen, eds., “Notarial records [deeds] in Amsterdam relating to the Portuguese Jews in that town up to 1639.” In: *Studia Rosenthaliana*, vols. 1, no. 1-vol. 35, no. 1 (1967-2001).
- Poelwijk, Arjan, *In dienste vant suyckerbacken: De Amsterdamse suikernijverheid en haar ondernemers, 1580–1630*, Hilversum, 2003.
- Polónia, Amélia, “Os Náuticos das Carreiras Ultramarinas.” In: *Oceanos: Navios e Navegações, Portugal e o Mar*, vol. 38 (April/June 1999), pp. 113-128.
- Schwartz, Stuart B., *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550–1835*, Cambridge, 1985.
- Silva, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, 2 vols., Porto, 1988.
- Smith, David Grant, “The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: A Socio-Economic Study of the Merchants of Lisbon and Bahia, 1620–1690.” Ph.D. diss. University of Texas at Austin, 1979.
- _____, “Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company, 1649.” In: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 54, no. 2 (May, 1974), pp. 233-259.
- Stols, Eddy, “Os Mercadores Flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas.” In: *Separata dos Anais de História*, vol. 5 (Assis, 1973), pp. 9-53.
- Strum, Daniel, “The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited (Amsterdam, Porto and Brazil, 1595–1618),” Ph.D. diss. Hebrew University of Jerusalem, 2009.
- Swetschinski, Daniel Maurice, “The Portuguese Jewish Merchants of Seventeenth Century Amsterdam: A Social Profile.” Ph.D. diss. Brandeis University, 1979.
- _____, “Kinship and Commerce – The Foundations of Portuguese Jewish Life in 17th-Century Holland.” In: *Studia Rosenthaliana*, vol. 13, no. 2 (1979), pp. 52-74.
- _____, “The Middle Ages to the Golden Age, 1516–1621.” In: J.C.H. Bloom, R.G. Fucks-Mansfeld and I. Schöffner (eds.) and A.J. Pomerans and E. Pomerans (trans.), *The History of the Jews in the Netherlands* (Oxford, 2002), pp. 44-84.
- Tucci Carneiro, Maria Luiza, *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*, São Paulo, 1983.
- U.S., Securities and Exchange Commission, *Affinity Fraud: How to Avoid Investment Scams That Target Group*, 2006: <http://www.sec.gov/investor/pubs/affinity.htm>
- Vlessing, Odette, “New Light on the Earliest History of Amsterdam Portuguese Jews.” In: Jozeph Michman, ed., *Dutch Jewish History*, vol. 3 (Jerusalem, 1993), pp. 43- 73;

_____, “The Portuguese-Jewish Merchant Community in Seventeenth-century Amsterdam.” In: C. Lesger & L. Noordegraaf (eds.), *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times – Merchant and Industrialist within the Orbit of the Dutch Staple Market – Hollandse Historische Reeks*, vol. 24 (Haia, 1996), pp. 223-243.

Vries, Jan de and Ad van der Woude, *The First Modern Economy – Success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500–1815*, Cambridge, 1997.